

Deus é Amor

Breve comentário à Carta Encíclica do Papa Bento XVI

1. Ao ler a Carta Encíclica do Papa «Deus é amor» fiquei surpreendido quando verifiquei que a primeira citação e correspondente nota de rodapé não é das Sagradas Escrituras, de um texto conciliar ou de um Papa, mas pertence a Nietzsche, o filósofo da morte de Deus e da vontade de poder.

Lembrei-me de um episódio que se conta do Maio de 68, em Paris. Alguém escreveu nas paredes o seguinte grafitti:

«Deus está morto. Nietzsche.»

Com sentido de humor, outro escreveu a seguinte inscrição por baixo daquela:

«Nietzsche está morto. Deus.»

Que o diagnóstico do filósofo alemão foi precipitado, é evidente.

Que a segunda inscrição está correcta é igualmente evidente. Mas quem é este Deus que sobrevive à morte dos filósofos e qual a sua mensagem para a sociedade política, de acordo com o Papa Bento XVI?

Vou concentrar-me nos §§ 26-30 da presente Carta, aqueles em que mais especificamente encontramos uma temática de conteúdo político, económico e jurídico.

PROBLEMAS DE SIGNIFICADO

2. Os Papas falam para toda a humanidade. Os problemas de harmonização e de articulação de um discurso que tem de ser entendido por todos os homens são evidentes, verificado que não existe uma linguagem universal nem um entendimento universal dos conceitos.

Expressamente, o Papa apenas se refere à América Latina (27), mas é sabido que, no plano mais específico do pensamento político, os mesmos vocábulos podem ter diferentes sentidos de um lado e do outro atlântico, quer nos estejamos a referir ao inglês quer ao português quer ao castelhano da Europa ou das Américas.

Algumas palavras e expressões utilizados na Carta Encíclica podem ser inventariados, em torno de três grandes tipos de lugares comuns:

1º Lugares comuns doutrinários

Fala-se de doutrina cristã sobre o Estado, de doutrina social da Igreja e doutrina social católica. A este respeito, observe-se que o Papa apenas se refere ao Concílio Vaticano II de modo incidental.

2º Lugares comuns políticos

Fala-se, como exigência política, de justa ordem social e de justa estrutura da sociedade, de ordem de necessidade e de bens comuns.

3º Lugares comuns históricos

A referência a um verdadeiro humanismo não pode fazer esquecer a referência a alguns outros pressupostos da reflexão política, nomeadamente o dito de que as massas operárias tinham de revoltar-se contra a privação de direitos introduzida pelo capitalismo no século XIX. A separação entre política e Estado é igualmente referida como pressuposto das indicações sobre o tema da Encíclica.

POLÍTICA E TEOLOGIA

3. A autonomia de uma teologia política é uma questão controversa.

A mensagem da Igreja não respeita apenas ao mundo que há-de vir. A Igreja sempre se preocupou com as questões temporais, desde logo a partir de um ponto básico: a justa ordenação da sociedade é fundamental para que os fiéis possam cumprir os seus deveres enquanto fiéis.

Desde o final do século XIX que se assiste, não apenas à formulação de uma doutrina cristã sobre a sociedade e sobre o Estado, mas à sua actualização e aprofundamento, tendo em vista a situação actual de cada sociedade e de cada Estado. Se o valor normativo das determinações conciliares pode ser questionado, não existem dúvidas sobre a natureza não dogmática do recente Catecismo Social.

Sendo um documento essencialmente de carácter teológico, em Deus é amor reflectem-se três posições essencialmente políticas, tendo em vista justificar o papel da Igreja e das suas instituições e dos fiéis e das suas iniciativas no mundo temporal:

1º A justa ordem da sociedade e do Estado é dever da política;

2º O amor (caridade) é sempre necessário, mesmo na ordem social mais justa;

3º Os fiéis leigos têm o dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade.

A JUSTA ORDEM DA SOCIEDADE E DO ESTADO É DEVER CENTRAL DA POLÍTICA

4. É importante não perder de vista que o marco fundamental da resposta proposta pela Igreja aos problemas políticos se inicia com a formulação da doutrina social da Igreja e vem a ter uma resposta universal com o Concílio Vaticano II, em especial, com a *Gaudium et Spes*.

O agostinianismo político tinha já enunciado algumas destas questões a que o Papa regressa. Podemos pois in-

terrogarmo-nos sobre um eventual regresso a S. Agostinho, citado por três vezes na Carta Encíclica, depois de um pontificado e de um tempo marcado pelo (neo) tomismo. **As temáticas políticas do agostinianismo, que ao longo dos tempos tiveram diferentes significados, podem ser expressas em torno de três grandes interrogações:**

1ª A relação entre o poder e o pecado — em especial, qual sentido do pecado original para a cidade dos homens

2ª A relação entre a liberdade e a Graça — em especial, que liberdade para os homens e se a vontade.

3ª O sentido da história humana — em especial, qual a interpretação escatológica para as acções humanas do presente.

A interrogação suscitada por um dos grandes filósofos dos nossos dias, Alasdair MacIntyre — estranhamento ignorado entre nós, talvez por ser católico! — consiste precisamente em retomar muitas das preocupações de Agostinho, num quadro de referência marcado pela antropologia aristotélica e tomista: depois do caso da ética das virtudes, numa época de declínio moral como foi a do colapso do Império Romano, qual o lugar da virtude no mundo contemporâneo e de que modo os cristãos podem salvar-se e salvar a civilização ocidental?

Será válido o juízo «Ama e faz o que quiseres?»

O AMOR - CARITAS - SERÁ SEMPRE NECESSÁRIO, MESMO NA SOCIEDADE MAIS JUSTA

5. A novidade maior no presente texto está contida na frase acima identificada.

É sabido como o projecto filosófico do iluminismo tem vindo a ser questionado. Os limites do racionalismo ficaram bem claros com o colapso dos regimes totalitários mas também com a insuficiente concretização dos direitos e deveres naturais nas modernas sociedades secularizadas. De outro lado, a condenação dos excessos do capitalismo e do liberalismo faz parte do património político da doutrina social cristã.

A este respeito, o Papa introduz três temáticas:

1ª O sofrimento humano, a solidão e as necessidades humanas sempre existirão

2ª O Estado burocrático apenas consegue satisfazer necessidades materiais, mas não a felicidade autêntica que o homem pretende atingir

3ª O princípio da subsidiariedade é a chave para com-

prender a relação entre as instituições criadas pelo homem e pela Igreja e o Estado

«Um Estado, que queira prover a tudo e tudo açambarque, torna-se no fim de contas uma instância burocrática, que não pode assegurar o essencial de que o homem sofredor — todo o homem — tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal. Não precisamos de um Estado que regule e domine tudo, mas de um Estado que generosamente reconheça e apoie, segundo o princípio de subsidiariedade, as iniciativas que nascem das diversas forças sociais e conjugam espontaneidade e proximidade aos homens carecidos de ajuda.»



Papa Bento XVI
Carta Encíclica
“Deus Caritas Est”
2006

OS FIÉIS LEIGOS TÊM O DEVER IMEDIATO DE TRABALHAR POR UMA ORDEM JUSTA NA SOCIEDADE

6. O problema da participação dos católicos na vida política tem vindo a ser referido em muitos textos desde a Patrística. A participação dos homens na vida política constitui, por isso, um imperativo moral, no sentido em que, sem essa participação, não será possível a existência de uma sociedade que torne possível a vida verdadeiramente

humana. Esta é uma posição pacífica na política cristã de todos os tempos: o homem é um ser social, pelo que a boa organização da sociedade é indispensável para a realização plena de cada homem — nomeadamente para o cumprimento dos seus deveres enquanto cristão.

Diversos textos dão conta desta exigência, em especial, a Nota doutrinal sobre a participação e comportamento dos católicos na vida política, de 24 de Novembro de 2002, da Congregação para a Doutrina da Fé, ao tempo presidida pelo Cardeal Ratzinger — é imperativa no cumprimento da determinação conciliar: «os católicos não podem abdicar de participar na vida política», que compreende a promoção e defesa de bens como são a ordem pública e a paz, a liberdade e a igualdade, o respeito pela vida humana, a justiça e a solidariedade. Existem graus diferentes de participação na vida política, a qual pode revestir-se de formas diversas: partidos de inspiração cristã; associações cívicas; intervenção pessoal.

7. Um dos textos importantes de doutrina política publicados em Portugal nos últimos anos foi a Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, *Crise de Sociedade, Crise de Civilização*, de 26 de Abril de 2001. Como muitos outros textos, passou ignorado e tem vindo a ser sepultado pela banalidade e superficialidade própria da cultura de comunicação social dos

nossos dias. Como em muitos outros textos, nomeadamente do magistério do Papa João Paulo II, alerta-se para o facto de vivermos uma crise social muito grave – não apenas uma crise passageira da democracia, eventualmente resolvida com a mudança dos governos ou dos governantes. Alguns dos tópicos fundamentais desta crise social estão identificados: uma cultura da liberdade sem responsabilidade; a corrupção; a marginalização social; a falta de confiança no sistema judicial; a crise da juventude (toxicoddependência e violência juvenil); a falta de apoio à família; a ausência de uma adequada política de educação; a mediatização da vida e o surgimento de novos poderes; a fragmentação e enfraquecimento do poder político.

A interpelação que é feita também aos cristãos neste Encíclica é a necessidade de intervir socialmente através destas acções caritativas – portanto não confiando ao Estado a realização de algo que o Estado não pode dar: o amor.

O AMOR-PRÓPRIO DAS COMUNIDADES HUMANAS E O SENTIDO DAS VIRTUDES MORAIS.

8. O sofrimento e a paciência de Job foram objecto de longas interpretações pelo pensamento político ocidental. Tal como a escada de Jacob que conduz até Deus pelo cultivo das virtudes. Talvez uma última mensagem política desta Encíclica respeite a esta exigência: uma sociedade em que esteja assegurado o «o respeito pelos direitos e necessidades de todos, especialmente dos pobres, humilhados e desprotegidos» não poderá conservar-se sem uma justa e moralmente adequada organização social. O cultivo das virtudes morais poderá justificar o amor-próprio da comunidade. Mas para a conservação da sociedade também será necessária, para além da fundamentação racional do justo e da moral, o amor: afinal, foi esta a mensagem mais subversiva do cristianismo. Foi também isto que o Papa nos veio recordar.

POR ANTÓNIO DE ARAÚJO*

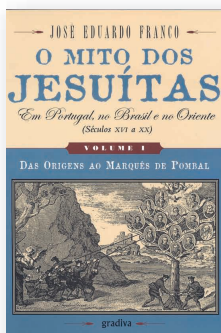
O Mito dos Jesuítas

É raro surgir no panorama editorial português uma obra desta dimensão monumental – a que, para mais, está associada uma qualidade indiscutível. Fruto da sua dissertação de doutoramento, este livro de José Eduardo Franco, um historiador com créditos firmados no estudo da Companhia de Jesus e da História Religiosa, não temeu enfrentar um desafio de enormes proporções, seja quanto ao âmbito temporal da pesquisa – do século XVI ao século XX –, seja na dimensão especial desta análise do «mito dos jesuítas», que percorre Portugal, o Brasil e o Oriente. Estamos perante um *tour de force* de grande vulto, que dificilmente poderá ser superado.

Poderão surgir, é certo, estudos parciais que abordem pontos localizados do jesuitismo e do antijesuitismo, e que procurem situar ambas as realidades nos contextos históricos em que emergiram. Mas, do ponto de vista de uma panorâmica do que foi e é «mito dos jesuítas», torna-se praticamente impossível oferecer uma alternativa do mesmo fôlego do que possui este livro de José Eduardo Franco.

O livro propõe-se analisar as percepções polémicas que, desde os seus alvares, a Companhia de Jesus sempre suscitou. Tornava-se, por isso, inevitável que o autor percorresse etapas marcan-

tes da nossa História, como o pombalismo, o liberalismo ou o republicanismo. Em todas elas, o «mito dos jesuítas» esteve presente, ainda que com matizes e cambiantes. Mas se nos lembrarmos que, em 1910, os republicanos, para expulsarem os jesuítas de Portugal, repuseram em vigor as leis de Pombal e de Aguiar, perceberemos que os elementos de continuidade do antijesuitismo talvez sejam mais intensos do que aquelas variantes temporais. Assim, se o antijesuitismo ganhou uma tal perenidade não é descabido afirmar que o mesmo constituiu um elemento essencial da cultura e do discurso político de um período muito vasto da História portuguesa. Deste modo, para compreender o «mito dos jesuítas», tal como alimentado pelos republicanos, não podemos deixar de mergulhar nas suas raízes e compreender o sentido da ofensiva desencadeada contra a Companhia por Sebastião José de Carvalho e Melo, bem como os seus antecedentes (uma realidade menos conhecida, que o autor nos desvenda na I Parte da obra). Compreende-se, pois, que José Eduardo Franco tenha optado por uma perspectiva de longa duração. Só ela, de facto, permite desconstruir na sua plenitude o «mito dos jesuítas». Tratando-se de um trabalho académico, poder-se-ia pensar que o mesmo apenas interessará a um auditório restrito ou a um público especializado. Simplesmente, para além da



José Eduardo Franco
O Mito dos Jesuítas
EM PORTUGAL, NO BRASIL
E NO ORIENTE (SÉCULOS
A XVI A XX)
2 volumes. Lisboa,
Gradiva, 2006.